

Relação de assentamentos realizados com recursos de 2000

Denominação do imóvel	Município	Área (ha)	Famílias
Assentamentos nesta anual 2000			
	Tapacurica	150,08	18
	Chiapeta	212,08	17
Total		362,08	35
Assentamentos de agricultores das áreas indígenas			
	Boço	890,58	24
	Erechim	403,83	29
	Palmeiras das Missões	57,98	3
	Palmeiras das Missões	250,33	13
	Ernestina	540,08	36
	Norma	242,08	17
Total		1.904,66	126
Assentamento Dona Francisca			
Parcela Jôia II	Jôia	974,08	43
	Tapacurica	670,08	32
	Santiago	1.822,08	102
	Tapacurica	118,75	7
Pequenas áreas			
	Rorizinho Serra	13,18	1
	Pantão do Sol	17,58	1
	Horama	16,75	1
	Pituba Grande	12,58	1
	Pana Seia	36,08	4
	Caracolândia	40,08	2
	Agudo	12,18	1
Total		1.282,78	190

Fonte: Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do RS.

Expedição de Títulos de Concessão de Uso – Terras Devolutas			
Áreas devolutas	Expedição de Títulos de Concessão de Uso – Terras Devolutas	178,55	30

Fonte: Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do RS.

Total de famílias assentadas em 1999: 1.233

Total parcial de famílias assentadas em 2000: 380

Total parcial de famílias beneficiadas pelo Programa Estadual de Reforma Agrária, até julho de 2000: 1.613





Relação de assentamentos realizados com recursos de 1999

Denominação do imóvel	Município	Assentamento	Área (ha)	Famílias
Assentamentos nova anual 1999				
Paseela Pirajá	San Luis Gonzaga	Rapal Pirajá	1.000,23	87
Paseela Santos Angelo	Boituva Negra	Abrevida Fronteira	1.334,89	68
Paseela Camerópolis	Tupacireti	SPB do Camerópolis	1.388,06	63
Paseela São Rafael	Sumaré do Maranhão	Esperança da Fronteira	433,47	23
Sem denominação	Boituva Negra	Nova Coração	387,86	16
Paseela Formosa	Boituva Negra	Nova Quatibá	1.400,48	89
Sem denominação	Canolara	São dos Anjos	143,73	6
Sem denominação	Canolara			11
Sem denominação	Canolara		1.487,87	11
Paseela Saranã	Canolara	Bom Retiro		89
Sem denominação	Canolara	São Vitor do Brasil	98,80	5
Sem denominação	Canolara	Vitoria 2000	331,38	9
Paseela do Agudo	Boituva Negra	1.º de Janeiro	1.187,10	50
Paseela Santa Maria	Canolara	S. Sebastião do Mameleiro	379,33	20
Granga São João	Boituva Negra	Unidos Vencedores	387,13	17
Paseela Santa Maria	Canolara	22 de Dezembro	994,54	42
Provença do Lagoário	Boituva Negra	Conquista do Futuro	680,55	34
Paseela São Benedito	Canolara	Os Príncipes	446,86	23
União Cooperativa	San Luis Gonzaga	Cooperativa	330,00	12
Granga Yngue	Polisteno do Sul	Zumbi dos Palmares	1.317,00	66
Cooperativa	Tupacireti	Conquista da Esperança	380,00	15
Paseela Santa Maria	Santa Maria	Unidos Maripela	335,00	25
Paseela Santa Ana	Itaóca		893,00	32
Paseela Polisteno	Polisteno		1.778,13	71
Sub total nova anual 1999			17.466,79	819
Reassentamentos de agricultores de áreas indígenas				
Sem denominação	Ujui	Conquista dos Mochos	377,07	15
Sem denominação	Rodrigues	Rodrigues	387,37	20
Sem denominação	Barcelos		646,00	26
Sem denominação	Chilopeta		334,30	23
Sem denominação	Chilopeta		389,80	27
Sem denominação	Carval Canabarro	Santa Rosa	418,77	26
Indenizações	Barcelos e outros		88,68	7
Sub total reassentamentos das áreas indígenas			2.323,34	163
Reassentamentos Terra Franca				
Sem denominação	São do Jari		1.000,00	63
Sem denominação	São do Jari		432,80	21
			386,78	31
Paseela Jari	Jari	Jari I	629,00	33
Sub total reassentamentos Terra Franca			2.322,38	147
Assentamentos do Programa Minha Terra				
Sem denominação	Sumaré do Maranhão	Nova Esperança – polo II	1.318,00	43
Sem denominação	Rapal	Colônia Nova – polo III	4.103,00	80
Sub total assentamentos do Programa Minha Terra			5.421,00	123
Total geral de 1999			27.561,41	1.149

Fonte: Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do RS.

Direito à terra

Reforma agrária

A reforma agrária é uma das prioridades do governo do Estado. Neste sentido, faz parte deste programa assentar agricultores sem-terra e reassentar atingidos por barragens e ocupantes de áreas indígenas, bem como regularizar a situação de pequenos ocupantes de áreas devolutas por meio da concessão de títulos públicos. Ao longo de um ano e meio de governo, a (SAA), através do Departamento de Desenvolvimento Rural e Reforma Agrária (DRA), atingiu os seguintes resultados:

Famílias beneficiadas pelo programa: 1.613 (5.000 pessoas)

Aquisição de terras: 33.611,78 hectares

Reassentamento Dona Francisca: 6.315,08 hectares (beneficiando 339 famílias)

Reassentamento de ocupantes de áreas indígenas: 4.230 hectares (beneficiando 284 famílias)

Assentamento de sem-terras: 23.066,75 hectares (beneficiando 960 famílias)

Regularizações de áreas devolutas: 178,55 hectares (beneficiando 30 famílias)

Novas vistorias para aquisição

O Estado vem recebendo ofertas de terra para aquisição, as quais estão sendo vistoriadas e avaliadas por técnicos do DRA no sentido de analisarem a viabilidade de sua utilização para o programa de reforma agrária. Até o momento, neste ano foram vistoriadas e estão em processo de análise 65 áreas perfazendo um total de 32.752 hectares.

Demarcação de áreas: o DRA está elaborando a demarcação de áreas adquiridas para fins de reforma agrária e reassentamento de agricultores utilizando tecnologia de ponta (GPS), que opera através de satélites. Já foram demarcadas oito áreas, num total de 6.578 hectares em assentamentos localizados nos municípios de Tupanciretã, São Luiz Gonzaga e Jóia. Estão em processo de demarcação 12 áreas, perfazendo um total de 19.971,05 hectares, as quais serão concluídas nos próximos meses. Nesta etapa do processo de assentamento são definidas a divisão racional dos lotes, realizando estudos da capacidade de uso do solo, localização das estradas e das áreas de preservação.

Infra-estrutura

A política agrária do governo gaúcho implica, também, na garantia de infra-estrutura básica nos assentamentos, possibilitando condições de produção, promovendo qualidade de vida e viabilizando a permanência dos agricultores em sua atividade. Com isto, foram firmados convênios entre a SAA e prefeituras municipais com a finalidade de manter estradas municipais e internas nos assentamentos.

Até o momento, já foram executados 50 quilômetros de obras viárias nos municípios de Santana do Livramento, Herval, Candiota, Hulha Negra, Dona Francisca e Jóia. Estas ações beneficiam diretamente famílias de pequenos agricultores das comunidades próximas e dos assentamentos, que terão facilidade de escoar a produção, viabilizar o transporte esolas e integrá-las no contexto sócio-econômico da região.

Assistência técnica

O governo do Estado está disponibilizando, por meio da Emater, técnicos para prestar assistência técnica nos assentamentos e nos reassentamentos realizados até o momento, entre os quais agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas, extensionistas e auxiliares administrativos.

Formação

Em 20 de julho de 2000, a SAA, por intermédio do RS-Rural e DRA, assinou convênio com nove entidades, para a realização de cursos de formação em agroecologia para pequenos agricultores e assentados.

Com isso, o governo reafirma o compromisso de agir diretamente no processo de reforma agrária no Estado, realizando um conjunto de ações integradas que criam condições para um desenvolvimento econômico, social e cultural, não só das famílias assentadas e reassentadas, mas atingindo a toda a comunidade dessas áreas."





ção Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e universidades;

- a capacitação dos técnicos do Incra/RS e técnicos do Lumiar, com instituições parceiras FAO, Embrapa, envolveu aspectos técnicos metodológicos de diagnósticos dos sistemas agrários e elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento, nos processos organizacionais, gerenciais, ambientais e sociais para o desenvolvimento sustentável;

- a assistência técnica às famílias se deu até meados de 2000 de forma descentralizada, através do projeto Lumiar e parceria com a Emater, mediante atuação de equipes interdisciplinares, compostas de técnicos das áreas de agropecuária e de relações humanas, abrangendo aspectos relativos à organização, produção e comercialização, tendo em vista o desenvolvimento sustentado e a melhoria da qualidade de vida dos assentados;

- o Projeto Casulo em parceria com os municípios é um projeto complementar da Reforma Agrária e visa a geração de renda localizado nas proximidades dos núcleos urbanos. Temos, no Estado, um projeto de assentamento nesta modalidade, localizado no município de São Nicolau;

- a educação conta com o programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), política pública específica do governo federal, cujo objetivo é estimular, propor, criar, desenvolver e coordenar projetos na área de educação, articulando diferentes ações às demandas surgidas na educação de jovens e adultos, alfabetização e escolarização supletiva, na formulação técnico-profissional nas áreas de produção e administração rural.

Os projetos do Pronea, visam estabelecer parcerias entre os órgãos governamentais, as universidades e outras instituições de ensino superior, movimentos sociais e sindicais e as comunidades assentadas, com a finalidade de gerar uma interação permanente entre estes atores sociais pela via da escolarização continuada.

Atualmente temos, no Incra/RS, em andamento, oito convênios do Pronea, abrangendo as demandas já referidas anteriormente, que contemplam 1.800 alfabetizando, 90 monitores recebendo escolarização de 1º grau e capacitação para alfabetizar, 246 escolarizando de ensino médio técnico, 48 escolarizando em pedagogia para professores de assentamentos, 40 especializando de 3º grau em cooperativismo."

Reforma agrária no RS

A CCDH recebeu cópia do Informe Reforma Agrária nº 17, de 21 de julho de 2000, uma publicação da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, do governo do Rio Grande do Sul. A seguir, publicamos parte dos dados divulgados pelo governo:

"Compra de área pelo Estado define reassentamento de Dona Francisca

O governo do Estado anunciou a compra da fazenda Inhacapedum, localizada em Capão do Cipó, município de Santiago. (...) Com a aquisição desta área, de 1.822 hectares, o Estado dá um passo importante para o reassentamento dos agricultores atingidos pela barragem da usina Hidrelétrica de Dona Francisca, cuja promessa se estendeu por mais de 20 anos nos governos anteriores. No local serão assentadas 102 famílias, o que corresponde aproximadamente a 300 pessoas.

A compra desta propriedade faz parte das ações que o governo do Estado, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA), vêm desenvolvendo na implementação de uma política agrária integrada à sua estratégia de desenvolvimento para o setor primário. Além do acesso à terra, serão liberados 14, 5 mil reais para cada unidade familiar construir casas e galpões nos seus respectivos lotes, bem como recursos para viabilizar a assistência técnica através da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e, consequentemente, a produção.

Com esta aquisição, já chega a 6.315,08 hectares adquiridos pelo Estado para o reassentamento de 339 famílias atingidas pela Barragem de Dona Francisca. O processo de compras de áreas de terras para reassentar os desalojados desta barragem teve início no ano passado, após um longo processo de negociação do governo com a população atingida.

representam uma luta de sete anos, iniciada no espaço da CCDH. Como encaminhamento ficou determinado que o Fórum que atua na questão indígena deve realizar um seminário sobre as diferentes visões que existem sobre os 500 anos do descobrimento."

Marcha sobre as Barragens

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), realizou uma grande mobilização, da qual participaram mais de 4.500 pequenos agricultores das regiões atingidas pelas Usinas de Itá e Machadinho e os agricultores dos reassentamentos. A chamada Marcha sobre às Barragens iniciou no dia 27 de junho de 2000, em direção as Barragens de Itá e Machadinho, com atos públicos nas principais cidades da região. Os atingidos estão lutando pela conquista do crédito subsidiado para custeio e investimento.

No dia 27 de junho, os agricultores se reuniram em Erechim e os atingidos de Santa Catarina se reuniram no município de Concórdia, onde fizeram atos públicos pela manhã. À tarde, os agricultores se deslocaram em marcha sobre a Barragem de Machadinho, concentrando-se em Piratuba. Na manifestação, foi assinado o convênio com a Maesa, empresa construtora da Hidrelétrica de Machadinho, para a liberação do crédito de 3 mil reais de investimento para os atingidos de Machadinho. Os agricultores então seguiram para Erechim, e no dia 28 seguiram em Marcha para a Barragem de Itá, com o objetivo de pressionar a Gerasul a negociar com os atingidos.

No dia 5 de julho de 2000, o MAB realizou audiência com a Gerasul, a fim de discutir os critérios e formas de liberação de recursos para investimento e custeio da safra de verão, para os agricultores atingidos pela Barragem de Itá. A reunião foi realizada na cidade de Concórdia (SC) e contou com a presença de lideranças do MAB, da direção Gerasul e do Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. José Hermeto Hoffmann. A Gerasul e o MAB concordaram que a situação é preocupante, sendo necessária a liberação de recursos, ainda esse ano, para serem aplicados na agricultura. Ficou acertado que, conjuntamente, irão buscar recursos para repassar os 3 mil reais por família atingida. A longo prazo ficou definida a elaboração de projetos técnicos buscando recursos, 30 mil reais para cada família, bem como formas de aplicação dos mesmos que resultem no verdadeiro desenvolvimento da Região Alto Uruguai. (Boletim "Página Agrária", editado pela Secretaria Nacional do Partido dos Trabalhadores – <http://www.pt.org.br/san>).

Superintendência do Incra

Em resposta ao ofício nº 053/RA/2000, enviado pela CCDH, a Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do RS, encaminhou o relatório das atividades desenvolvidas em 1999 e no primeiro semestre de 2000, que publicamos a seguir:

"As atividades deste Instituto na implementação de políticas em defesa da Reforma Agrária e dos direitos dos trabalhadores rurais, no ano de 1999 e primeiro semestre de 2000, pautou-se em executar a Reforma Agrária estabelecida pela Constituição Federal, respeitando a lei e atendimento prioritariamente às áreas que apresentaram acirramento de conflitos pela posse da terra.

- As atividades desenvolvidas no período citado, buscaram unificar as políticas do governo voltadas para o campo, tendo como diretriz a concepção do 'Novo Mundo Rural', que tem como objeto, transformar o trabalhador rural assentado, em agricultor viável economicamente, gerando renda e tornando-o independente do Estado, sem contudo, descuidar da importância dos aspectos sociais na implementação de programas de educação, capacitação de assentados e técnicos da Reforma Agrária, em parcerias com organismos internacionais, IICA, FAO, entidades públicas e privadas nacionais, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Associa-





Tupanciretã – 400 famílias.

Piratini – 300 famílias.

Em julho de 2000, a situação continua se agravando:

Júlio de Castilhos – 500 famílias.

BR Pelotas/Bagé – 200 famílias.

RS-862/Direção Aurea – 80 famílias.

Caibaté – 280 famílias.

Charqueadas – 250 famílias.

Como se observa, apesar de um poderosíssimo lobby sustentado por latifundiários e grande parte da imprensa, os agricultores sem-terra continuam mobilizados em defesa dos seus Direitos Humanos fundamentais e do cumprimento da função social da grande propriedade rural do Estado, direitos esses, de resto, previstos na Constituição Federal do Brasil. Pelo visto, não vão descansar enquanto o pão não chegue farto à mesa de todos os trabalhadores do país, e o direito à terra não seja a verdadeira terra do direito."

Vistoria gera tensão no campo

O deputado Roque Grazziotim (PT), na época exercendo a presidência da CCDH, trouxe para pauta de discussão da Comissão a situação de tensão no campo, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e os proprietários de terras, criada a partir do impasse relativos às vistorias de terras, para desapropriação e implementação da reforma agrária no Rio Grande do Sul. O impasse ganhou notoriedade em todos os meios de comunicação e culminou com a exoneração do superintendente regional do Incra, Paulo Emilio Barbosa, pela iniciativa de iniciar as vistorias no Estado.

A CCDH realizou, em 8 de dezembro de 1999, Audiência Pública para discutir a situação de tensão no campo, criada pelo impasse nas vistorias iniciadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Além dos deputados integrantes da CCDH, a Audiência contou com a presença de representantes dos órgãos governamentais e entidades ligadas aos Direitos Humanos e o acesso à terra e servidores do Incra que exercem a tarefa de executar as vistorias. Durante o debate foi argumentado que as vistorias são fundamentais para implementação da reforma agrária no Rio Grande do Sul. Também foi lembrado o convênio firmado entre o governo do Estado e o Incra/RS, que tinha como meta o assentamento de dez mil famílias, em quatro anos, incluindo 1.200 famílias oriundas de áreas indígenas. A indefinição das vistorias e o corte de recursos orçamentários do governo do Estado prejudicaram a aplicação das metas propostas para 1999, que era o assentamento de 2.500 famílias no ano. Foi discutida a redução, ficando o número em 2.100 famílias, sendo que destas 800 seriam com recursos do Estado, 1.200 pelo Incra e 100 seriam os colonos assentados em áreas indígenas, que deveriam ser reassentados.

Demarcação de terras dos povos indígenas

No dia 19 de abril de 2000, a CCDH realizou Audiência Pública para discutir a demora na demarcação das terras dos povos indígenas. Participaram do encontro, além de representantes dos órgãos públicos e entidades não-governamentais ligadas ao tema, o líder da Áreas da Borboleta, Abílio Padilha. Segundo a deputada Maria do Rosário (PT), presidenta da CCDH, a demora na demarcação das terras indígenas é injustificada e desrespeita os Direitos Humanos, tendo em vista que muitos grupos estão acampados na beira da estrada, esperando a definição das áreas. Durante o debate foi lembrado que as áreas de Monte Caseiros e Serrinha, que já estão sendo demarcadas,

hectares, gesto que provocou reação irada de centenas de grandes latifundiários do Estado, que se reuniram no local. Um despacho liminar de um dos desembargadores que estava de plantão no Tribunal de Justiça do Estado, contrário à reintegração de posse desarmou os espíritos, mas, como já acontecera em Bossoroca, em 1998, com a Fazenda Primavera, cuja ocupação também fora mantida por liminar, deu mais um sinal de que o Judiciário começa a sustentar gestos de defesa dos Direitos Humanos fundamentais dos agricultores sem-terra. A desocupação do imóvel ocorreu de maneira pacífica, mediante negociação, com a intervenção do o governo do Estado.

Em 16 de setembro de 1999, 500 famílias ocuparam a fazenda Rubira, no município de Piratini, área de 1.200 hectares., seguida de desocupação pacífica e igualmente, com intervenção do Estado para novo assentamento.

Em 19 de setembro de 1999, 250 famílias ocuparam a Granja Três Pinheiros, com 1.100 hectares, no município de Lagoa Vermelha. Mantidas liminarmente, de novo, por deferimento de recurso que interpuseram junto ao Tribunal de Justiça do Estado, desocuparam o imóvel por intervenção conjunta do Incra e do governo do Estado, comprometidos a novas vitórias de latifúndios, para conferência de produtividade ou improdutividade.

Do dia 4 de outubro ao dia 8 de novembro de 1999, com o apoio do MST, o MAB ocupou o canteiro de obras da hidrelétrica de Itá, reivindicando, entre outras coisas, a liberação dos recursos devidos aos agricultores que perderam suas terras pela construção da usina. A audiência com a Gerasul, deu-se no dia 08 de novembro, com o estabelecimento de novas negociações a respeito.

De 10 a 12 de outubro de 1999, reúnem-se as crianças dos assentamentos do Estado, no III Encontro Estadual dos Sem-Terrinhas, sendo recebidos em audiência pela Secretária de Educação do Estado, a quem fazem a entrega de reivindicações relacionadas, especialmente, com melhorias das escolas nas áreas de reforma agrária.

No dia 27 de outubro de 1999, as mulheres trabalhadoras rurais, com o apoio do MST, ocupam o prédio da Fundação Nacional de Saúde, no centro de Porto Alegre, reivindicando a liberação de recursos devidos ao programa Saúde da Mulher e Família Rural no RS. Depois de 24 horas, foi liberada parte da verba, no valor de 100 mil reais.

No dia 10 de novembro de 1999, os trabalhadores rurais de todo o país – aqui no Estado não foi diferente – liberaram a passagem de veículos em muitos postos de pedágio, sob pauta de reivindicações diversas, entre elas, a de um melhor controle na disciplina das tarifas privatizadas.

Em abril de 2000, agricultores do MST, MPA e MAB, ocupam os prédios do Incra, do Ministério da Fazenda, bloqueando o acesso ao Banco Central em Porto Alegre, reivindicando crédito subsidiado para custeio de suas atividades e assentamento das famílias acampadas.

Em julho de 2000, não atendidas as reivindicações de abril, os mesmos agricultores realizaram o 'Levante no Campo', exigindo mudanças no modelo agrícola do país e o respeito devido aos Direitos Humanos fundamentais que exijam meio ambiente saudável e limpo, livre de transgênicos. Houve bloqueio dos acessos de importação na ponte de São Borja, no porto de Rio Grande, nos portões das fábricas Souza Cruz, em Santa Cruz e Monsanto, em Não me Toque.

Em setembro de 2000, tendo o governo federal descumprindo os acordos que celebrara em julho, sem financiamento para o plantio da safra, MST, MPA, e MAB, voltaram a ocupar os prédios do Incra e do Ministério da Fazenda, em Porto Alegre. Quando aguardavam au diência já designada em Brasília, para negociação de nova pauta relacionada aos problemas, foram violentamente retirados dos dois imóveis, em ação da Brigada Militar do Estado que cumpria ordem judicial. Foram feridas três pessoas, inclusive um deficiente físico.

Até março de 2000, o Rio Grande do Sul contava com cinco acampamentos de agricultores sem-terra, no Estado:

Palmeira das Missões – 500 famílias.

Encruzilhada do Sul – 300 famílias.

Lagoa Vermelha – 600 famílias.





Pelo novo tamanho da terra

O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo iniciou, em setembro de 2000, a campanha “Uma Medida de Justiça: Acabar com - 500 anos de - Latifúndio: Repartir a Terra para Multiplicar o Pão”, para pressionar os parlamentares federais a formular uma emenda constitucional que estabeleça um limite máximo à propriedade da terra no Brasil. A proposta é limitar o tamanho da propriedade rural no Brasil a 35 módulos fiscais, sendo as áreas excedentes incorporadas ao patrimônio público para fins de reforma agrária.

O Fórum foi criado em 1995 com o objetivo de contribuir para a articulação das ações desenvolvidas pelas várias entidades que apoiam a realização da reforma agrária no país. Com caráter amplo e pluripartidário, o Fórum reúne mais de 20 entidades ligadas a movimentos sociais e organizações não-governamentais. A campanha inclui a distribuição de uma cartilha, elaborada com o objetivo de esclarecer dúvidas sobre o processo da reforma agrária, sua importância para o país e como os cidadãos podem participar do processo. Como forma de pressionar os parlamentares, o Fórum está recolhendo assinaturas.

Nas terras do Sul

A organização não-governamental Acesso - Cidadania e Direitos Humanos, atendendo a solicitação da CCDH, encaminhou relatório contendo subsídios relativos à defesa dos Direitos Humanos dos trabalhadores sem-terra, no período de junho de 1999 a junho de 2000. Transcrevemos a seguir, a íntegra do documento:

“Mobilização na defesa de direitos fundamentais

Jacques Alfonsim²

Ao grande atraso que se verifica no Estado, na execução da reforma agrária, acrescentou-se outro, durante esse período, no repasse das verbas públicas devidas aos assentamentos já conquistados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Sob uma conjuntura desfavorável aos trabalhadores rurais dessa ordem, novos gestos de pressão política e protesto foram realizados em todo o Estado, com a particularidade de terem-se juntado ao MST, nessa atividade política, outros grupos de trabalhadores organizados, entre eles o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

Fruto dessa pressão, várias conquistas podem ser lembradas, as quais obtiveram resultados concretos em favor dos Direitos Humanos fundamentais dos trabalhadores, senão diretamente, pelo menos de forma indireta, seja pelo acesso a novas áreas de terra, seja pela liberação dos pagamentos relacionados com as referidas verbas destinadas aos assentamentos. Assim, por exemplo:

Em 5 de julho de 1999, 500 famílias de agricultores sem terra ocuparam a fazenda Santa Júlia, com a área de 1.126 hectares. No município de Júlio de Castilhos, o que acelerou a sua compra por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para assentamento.

Em 10 de julho de 1999, 126 famílias de agricultores ocuparam uma fazenda do IRGA, no município de Palmares do Sul. Área pública como essa, o próprio Estado tratou de liberá-la para novo assentamento.

Dia 26 de julho de 1999, 500 famílias de agricultores ocuparam a fazenda Capivara, em Hulha Negra, com 2.500

² Advogado e integrante a organização não-governamental Acesso – Cidadania e Direitos Humanos.

de punir um trabalhador rural, pretenda manter os privilégios que inviabilizam a Reforma Agrária.”

Frei Beto em seu livro “Uala, o amor” escreve: “A fome não pode esperar. E é inútil a justiça fechar os olhos e pretender condenar a esperança de milhares de sem-terra que resistem ao espectro de, nas cidades, serem tragados pelas favelas, pelas ruas, pelo desemprego e pela vitória urbana. A questão social no Brasil não é caso de polícia. É caso de política.”

Polícia do campo

No dia 8 de junho de 2000, o Presidente da República expediu a Medida Provisória nº 1.999-19, que altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República, dos Ministérios e dá outras providências. Entre as outras providências que constam na MP, está a criação da Divisão de Conflitos Agrários e Fundiários, no âmbito da Polícia Federal. Transcrevemos a seguir, parte da MP:

“(...) § 12. Caberá ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Federal indireta, sem prejuízo da responsabilidade das Polícias Militares dos Estados pela manutenção da ordem pública.

§ 13. Fica criada a Divisão de Conflitos Agrários e Fundiários, no âmbito do Departamento de Polícia Federal, com sede na unidade central e representação nas unidades descentralizadas, na forma do regulamento.

§ 14. Caberá à Divisão de que trata o parágrafo anterior a coordenação, o acompanhamento e a instauração dos inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem assim a responsabilidade pela prevenção e repressão desses crimes, além de outras atribuições que lhe forem cometidas em regulamento.”

Transcrevemos, a seguir, a avaliação da organização não-governamental Centro de Justiça Global sobre a MP do Governo Federal:

“Medidas tidas como em ‘Defesa da Ordem Pública’

O Ministério da Justiça atuará, fortemente, para coibir, preventiva, através da Polícia Federal, a turbação e o esbulho possessório de todos os bens próprios da União, sem prejuízo das ações dos Estados. Esta será a função da Divisão de Conflitos Agrários e Fundiários, criada pelo governo federal no âmbito da Polícia Federal, em Brasília, e com representação nas unidades federadas. Em sua defesa foi argumentado que a Divisão de Conflitos Agrários dará prosseguimento aos inquéritos já instalados e será implacável, também, com os novos inquéritos.

Esse conjunto de medidas configura, a nosso juízo, a linha mestre do trato que o governo dispensa aos movimentos populares, baseada na intimidação. Tais atitudes modificam o perfil da intervenção do governo na questão agrária. Pelo lado da responsabilização pela execução da reforma agrária, o governo federal procura se liberar cada vez mais, transferindo-a para Estados e municípios, conforme atestam as medidas antes comentadas. No entanto, resolveu manter no plano federal a repressão aos atores da luta pela reforma agrária, motivado tanto pelas suas necessidades de demonstração aos setores conservadores, da ‘preservação da sua autoridade’, como por não contar com a adesão de todos os governadores dos Estados do país às suas convicções autoritárias e repressivas.

A rigor, quando o governo aciona, preventivamente, a Polícia Federal para coibir as ameaças e as ocupações de prédios públicos, anuncia, também, a intervenção do governo federal na política de segurança pública dos Estados. Especificamente, com a criação da Divisão de Conflitos Agrários, no âmbito da Polícia Federal, o governo parece sinalizar para a criação de um novo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), criado durante a ditadura militar. Além disso, a retomada e intensificação dos inquéritos já instalados contra trabalhadores rurais visam a intimidação, através da criminalização das lideranças dos movimentos sociais no país.”





jagunços fortemente armados. No dia 5 de junho de 2000, as casas dos dirigentes do MST, José Rainha Júnior e Valmir Rodrigues Chaves foram mantidas sob constante vigilância até de madrugada, por seis pistoleiros em uma caminhonete Silverado e um Monza. Paravam e, sem se identificar, perguntavam pelos dirigentes. Esses mesmos pistoleiros, às 17 horas bebiam num bar em frente a secretaria do MST e declaravam aos presentes que sua missão 'não era deixar dirigentes do MST aleijados, era matar mesmo'.

No dia 13 de junho de 2000, denúncias de ameaças de morte e perseguições sofridas pelos integrantes do MST no Pontal do Paranapanema, por parte da UDR, foram levadas ao plenário da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, pelo deputado Hamilton Pereira (PT). De acordo com o deputado, há suspeita de tolerância da justiça local. As denúncias foram enviadas à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo para que sejam tomadas as medidas cabíveis para a preservação de vidas humanas."

O caso José Rainha

José Rainha nasceu em 1960, na cidade capixaba de São Gabriel da Paraíba. Em 1974 foi morar no Espírito Santo, onde ajudou a organizar as Comunidades Eclesiásticas. Mais tarde foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e participou da fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que integra até hoje.

José Rainha foi acusado de co-autoria de duplo homicídio, em razão de conflitos fundiários ocorridos em Pedro Canário, no Espírito Santo, em 5 de junho de 1989, quando foram assassinados o fazendeiro José Machado Neto e o policial Sérgio Narciso da Silva. Julgado pela primeira vez em junho de 1997, em Pedro Canário, Rainha foi condenado a 26 anos e seis meses de prisão. Há provas de que, na época, Rainha encontrava-se em Quixeramobim, a 40 quilômetros de Fortaleza, onde atuava desde outubro de 1988.

José Rainha, voltou ao banco dos Réus, no fórum de Vitória, no dia 3 de abril de 2000. Este júri durou três dias e José Rainha foi absolvido, por quatro votos a três, da acusação de co-autoria no assassinato de duas pessoas.

O julgamento

No dia 5 de abril de 2000, a CCDH, juntamente com o gabinete do deputado Dionilson Marcon (PT), realizou Audiência Pública para discutir o novo julgamento do líder sem-terra, José Rainha. Participaram da Audiência, representantes do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), da Acesso Cidadania e Direitos Humanos, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores, do Conselho Estadual de Saúde e da 9ª Coordenadoria Regional de Saúde. A deputada Maria do Rosário (PT), presidenta da CCDH, registrou que a Comissão está mostrando ao mundo que o crime pelo qual José Rainha está sendo acusado é um crime de opinião. Também foi afirmado que a defesa do líder sem-terra teve cerceado o seu direito de fazer perguntas às testemunhas de acusação. Durante a reunião foi elaborada uma Moção, enviada ao Comitê de Apoio a José Rainha, solicitando o cumprimento da Lei:

"Nós, abaixo assinado, presentes à reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 5 de abril de 2000, manifestamos nossa indignação com a forma como está sendo conduzido o julgamento do cidadão e líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) José Rainha. Exigimos que a justiça prevaleça, cumprindo-se a Lei. Não aceitamos que as forças conservadoras que repudiam a Reforma Agrária consigam realizar um julgamento que, a pretexto

Wanderley era uma das principais lideranças do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), na região. O MST atribui seu assassinato a José Azeredo e seus 'jagunços' com a participação de um funcionário da prefeitura conhecido por Xangô, que 'aluga' pastos. O fazendeiro vinha colocando cabeças de gado nas plantações do assentamento. 'Encontrei na delegacia local um detetive dormindo, um escrivão sobrecarregado de serviço e a própria viatura policial não tinha condições adequadas de uso', afirmou o parlamentar. Segundo ele, os poucos policiais presentes na delegacia sequer sabiam do ocorrido. 'Nada foi apurado até agora', revelou.

A testemunha ocular do crime, que acompanhava Wanderley no momento do crime, não foi ouvida. 'O clima é de consternação, revolta e medo, pois os bandidos ameaçaram outras pessoas', alerta o deputado. Em ofício enviado ao governador do Rio de Janeiro, o presidente da CDH/RJ exige 'proteção imediata aos assentados, pedido de prisão preventiva dos principais suspeitos e uma investigação rigorosa do crime'.

Condenação do mandante do assassinato de Expedito de Souza

Em julgamento que durou dez horas, no dia 6 de junho de 2000, em Belém (PA), o fazendeiro goiano Jerônimo Alves Amorim, mandante do assassinato do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, Expedito Ribeiro de Souza, em fevereiro de 1991, foi condenado a 19 anos e sete meses de prisão, numa decisão inédita, pois é a primeira vez em 30 anos, que um fazendeiro é levado a julgamento e condenado por crimes cometidos no Sul do Pará. Esta é uma vitória dos defensores dos Direitos Humanos e de toda a sociedade pois representa o primeiro passo para tentar acabar com a impunidade que sempre esteve presente nos crimes cometidos por latifundiários.

Jerônimo estava foragido desde 1994 e foi capturado, em 22 de novembro do ano passado, em Cancún, no México. Antes de Expedito, de 1985 a 1991, dezenas de posseiros e vários líderes sindicais foram assassinados a mando de fazendeiros, na região de Rio Maria, entre outros: João Canuto - primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, em 1985, seus filhos, José e Paulo, em 1990, Bráz de Oliveira, diretor do Sindicato, e seu companheiro Ronan, em 1990.

José Serafim Sales, 'O Barrerito', executor da morte de Expedito, e Francisco de Assis Ferreira, 'O Grilo', intermediário, foram julgados e condenados, em 1994 e 1995, a 25 e 21 anos de prisão respectivamente. 'Barrerito' fugiu da Penitenciária Agrícola Mariano Antunes, em 14 de março de 2000. No dia 10 de março, 12 presos já haviam fugido da mesma prisão. José Serafim Sales é um pistoleiro de alta periculosidade. Além do assassinato de Expedito, ele foi pronunciado por outro homicídio realizado na mesma época, em Rio Maria. Ele responde também a um terceiro processo criminal por homicídio, no mesmo município.

A CPT e o Comitê Rio Maria denunciam, mais uma vez, a omissão e cumplicidade do governo do Pará com as fugas dos assassinos de sindicalistas e trabalhadores rurais no sul do Estado. O fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim, foi encarcerado na penitenciária de Marituba, em Belém, mas, de maneira estranha, se encontra atualmente no Centro de Recuperação do Coqueiro, de onde pode fugir com facilidade.

UDR ameaça matar no Pontal e Justiça pede prisão de dirigentes do MST

Segundo informou a direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) do Estado de São Paulo, no Pontal do Paranapanema, a União Democrática Ruralista (UDR), protegida pela Justiça, intensifica seus atos de terror. Os líderes do movimento estão sendo obrigados a deixar suas casas e se protegerem em local desconhecido devido as constantes perseguições dos grupos paramilitares, espalhados por toda a região, mantidos por grileiros em seus latifúndios. O militante do MST, Márcio Barreto foi ameaçado de morte no centro da cidade de Teodoro Sampaio, pelo grileiro Márcio Negrão, com uma pistola 45 em punho, acompanhado de três





Curitiba e Campo Largo, foi de mais de sessenta feridos, onze presos e mais de cem pessoas detidas.

Artistas e intelectuais redigiram documento contra a violência e a repressão aos trabalhadores rurais sem-terra no Paraná. De acordo com o texto, 'os números da violência dos últimos dois anos no Estado (antes conhecido como 'modelo de democracia' e agora como laboratório da repressão) atestam a gravidade da situação'. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), somente nos dois primeiros meses deste ano, cerca de 96 pessoas foram presas em 12 despejos, deixando 46 trabalhadores feridos, entre os quais mulheres e crianças. Os signatários do manifesto dizem não tolerar que a questão continue sendo tratada com repressão, que gera terror e medo em todo o Estado. Pedem ainda segurança de vida para todos os ameaçados.

Prisão de manifestantes em São Paulo

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) de São Paulo, o Comitê em Defesa da Democracia e o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos está em campanha pela libertação de 17 presos políticos no Estado de São Paulo. Seis deles foram presos durante uma manifestação realizada em novembro de 1999, em Boituva; os outros onze foram presos durante a desocupação de uma fazenda em São José dos Campos, ocorrida na madrugada do dia 2 de julho de 2000. As prisões em São José dos Campos foram feitas com violência pela polícia, que desalojou 150 famílias de trabalhadores sem terra que ocuparam um latifúndio improdutivo na estrada Vargem Grande, em São José dos Campos. Os policiais agrediram homens e mulheres com tapas, socos e pontapés. Todas as mulheres do grupo foram despidas e colocadas num curral. Desde as menores de idade até senhoras com mais de 70 anos permaneceram nuas na frente de policiais da Tropa de Choque e outros homens que ficavam fazendo humilhações com insultos e piadas. Na ocasião, uma equipe de reportagem da Rede Globo registrou o protesto do fazendeiro contra a ocupação e nada sobre as agressões físicas e morais contra as famílias de sem terra. Seis trabalhadores rurais e três militantes do Partido dos Trabalhadores (PT) estão encarcerados no Presídio de Segurança Máxima de Putim, em São José dos Campos. Duas trabalhadoras rurais estão presas na Cadeia Pública de Caçapava.

A orientação da campanha é para que sejam enviados 'faxes' exigindo a imediata libertação dos trabalhadores da seguinte forma: pela libertação dos onze presos de São José dos Campos, endereçado ao MM Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal do Fórum de São José dos Campos.

Os seis militantes do MST presos há mais de cem dias em Avaré (SP), por participarem de uma manifestação contra as privatizações e contra a roubalheira dos pedágios, iniciaram greve de fome, no dia 21 de março de 2000. A liberdade provisória destes companheiros foi solicitada três vezes e sempre negada. Um pedido de habeas corpus foi impetrado no Tribunal de Justiça, também recusado. A manutenção destes trabalhadores na prisão está relacionada a questões políticas, já que estão sendo acusados de roubo e incêndio sem que haja contra eles nenhuma prova.

Polícia não investiga assassinato de líder rural no Rio de Janeiro

AC omissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (CDH/RJ), presidida pelo deputado Chico Alencar (PT), enviou um relatório solicitando providências urgentes na investigação do assassinato do trabalhador rural Wanderley Ferreira, morto sábado passado, por dois pistoleiros, a mando de um fazendeiro da região. Segundo o deputado, a delegacia de Campos ainda não recebeu qualquer orientação para investigar o assassinato. Alencar esteve em visita ao assentamento onde ocorreu o crime. A assessoria do deputado recolheu uma das cápsulas deflagradas para enviar à polícia, que não teria tido interesse em recolhê-las como provas.

RJ	08/99	Genesil Pereira, 42	Sem-terra	Queimadas	
RJ	09	João Alves, 48	Sem-terra	Queimadas	
RJ	09	Dilson Pereira, 42	Sem-terra	Queimadas	
RJ	09	Daniel Jolin, 43	Sem-terra	Queimadas	
RJ	09	Reinaldo Correia, 40	Sem-terra	Queimadas	
SP	12/99	Luizpeter Antônio de Oliveira, 41	Sem-terra	Caldeia do Piraúna	João Francisco Corrêa, 39

Fonte: Setor de Documentação do SN da CPT Nacional (setembro de 2000).

Assassinatos no campo - Brasil 2000 (dados parciais)

UF	Data	Nome da vítima	Prof./Categ.	Município	Indícios de autoria
AL	02/02	Ailton, 21	Sem-terra	Atalaia	Pistoleiros, contratados pelo fazendeiro Pedro Duarte
CE	15/07	Francisco Aldenir de Mesquita, 28	Sem-terra	Orara	Oito homens armados com revólveres e escopetas
MS	02/08	Silvin Rodrigues de Souza	Liderança sem-terra	Rio Brilhante	Luiz Costa Brito, fazendeiro
MS	02/08	Raimundo da Silva	Liderança sem-terra	Rio Brilhante	Luiz Costa Brito, fazendeiro
PE	15/07	José Maurício da Silva	Trabalhador rural assentado	Recife	Polícia Militar
PR	08/09	Sanderson Alves de Lima, 38	Liderança sem-terra	Sapé	Rebem, capanga do fazendeiro e comerciante Jorge Rodrigues
PR	02/05	Antônio Tavares Pereira, 58	Sem-terra	Lapa	Polícia Militar

Fonte: Setor de Documentação do SN da CPT Nacional (setembro de 2000).

253 prisões arbitrárias de trabalhadores rurais e, em 1999, esses números subiram para 450.”

Um estado de omissão

O boletim “Página Agrária”, editado pela Secretaria Agrária Nacional do Partidos dos Trabalhadores, reúne casos e denúncias sobre a violência no campo, muitos deles comandados pela própria polícia, sob a tutela do Estado e com o descaso da Justiça. Transcrevemos a seguir, alguns dos casos registrados no período de 1999 a 2000:

“Conflito no Paraná mata um e fere sessenta

O sem-terra Antônio Tavares Pereira, 30 anos, pai de cinco filhos, morreu no dia 2 de maio de 2000, no hospital do Trabalhador, em Curitiba. Antônio, que estava acampado no município de Cândói (região central do Paraná), foi baleado no abdômen durante a operação da Polícia Militar do Paraná, que impediu os sem-terra de entrarem em Curitiba. Há suspeitas de que outro sem-terra tenha sido baleado na cabeça. Seu corpo, no entanto, continua desaparecido. O saldo da ação violenta da PM na BR 277, entre





Assassinatos em campo - Brasil 1964 (dados parciais)

UF	Data	Nome da vítima	Prof/Carg.	Município	Indícios de autoria
AC	24/64	Manoel Pereira Araújo, 41	Sem termo	Parnaíba	Polícia Militar
AC	7/68	Manoel Ferreira Andrade	Sem termo	Parnaíba	
AC	7/68	Faustino	Sem termo	Parnaíba	
BA	03/64	Raimundo	Assistente	Belmonte	Talita de Jesus Andrade
MA	17/64	Araceli Ferreira da Silva	Sem termo	Fernando Fábio	João Carlos Maril, João Maril, Négo Maril, Edilson Maril, Mário, Edilson Moreira Maril, Georgino Maril Maril, José do Maril Maril, Raimundo Maril Maril, Edilson Rodrigues Nascimento e Ottonio Ribeiro
MT	23/67	Carlos Gonçalves de Barros, 49	Libre cargo	Catalão	
PA	04/64	Marcelino Almeida de Barros	Libre cargo	Castanheira do Norte	
PA	23/64	Rosália Conceição da Silva, 61	Procuradora assessoria	Belém dos Carajás	
PA	26/64	Leão Sousa Ladeira	Sem termo	Santa Maria Barcelos	
PA	26/64	Edson Sousa Silva	Sem termo	Santa Maria Barcelos	
PA	05/65	Agripino Soares da Silva, 80	Unidade civil local	Marabá	
PA	18/64	Euclides Francisco de Paula, 77	Presidente do FIB	Paragominas	
PA	24/68	Sebastião Gomes de Andrade, 31 =	Trabalhador com	Castanheira	Manoel Fernandes Pessoa, Elói Fernandes da Costa "Adão", João Fernandes da Costa "João da Palpa" e Edilson
PA	24/68	Romário Medeiros das Neves, 61	Trabalhador com	Castanheira	Manoel Fernandes Pessoa, Elói Fernandes da Costa "Adão", João Fernandes da Costa "João da Palpa" e Edilson
PR	05/67	Joaquim Antônio Godinho, 48	Sem termo	São Miguel do Tapajó	Cláudio e Chaparido
PR	28/68	Ismael Gonçalves Felipe	Sem termo	Tremembé	
PR	30/64	Edson Anglimoni, 50	Sem termo	Castanheira do Norte	
PR	16/64	Hélcio Costa Miranda, 68	Libre cargo Pensionista	Castanheira	Miguel Carlos de

Esse é o desdobramento da saturada questão agrária brasileira. É certo que a questão agrária continuará nos desafiando, afinal como diz Martins: 'na verdade a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer'.¹

De 1986 a março de 1996 foram conquistados 1.564 assentamentos com 4.870 hectares, onde estão assentadas 145.712 famílias (ver tabela abaixo). Essas conquistas não mexeram na concentrada estrutura fundiária brasileira. A luta pela reforma agrária no Brasil transforma-se numa das principais lutas da classe trabalhadora. É impossível pensar a democracia e desenvolvimento deste País, sem reforma agrária e uma política agrícola para campesinato brasileiro."

A violência no campo

O Relatório Parcial sobre Direitos Humanos e a Reforma Agrária no Brasil, elaborado pelo Centro de Justiça Global, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), apresenta a situação de violência que a desigualdade e a demora na realização da reforma agrária está impondo aos agricultores sem-terra brasileiros.

"No Brasil, a desigualdade social é um fator histórico no meio rural, decorrente da perpetuação de estruturas fundiárias criadas a partir da colonização. Em consequência, verificamos a ocorrência de sérios conflitos sociais e violações aos Direitos Humanos. Nos últimos 12 anos foram assassinados 1.167 trabalhadores rurais, sendo que somente 86 desses casos foram julgados e sete dos mandantes foram condenados.

Em seu relatório de 1998, a Comissão Pastoral da Terra registrou um aumento dos conflitos no campo e da violência contra os trabalhadores rurais. Os conflitos saltaram para 1.100, contra 736 em 1997. Eles envolveram 1.125.116 pessoas em todo país, contra 506.053 em 1997. A região Nordeste apresenta o maior número de casos de conflito (542) e o maior número de pessoas envolvidas (678.593). Em seguida, vem a região Sudeste com 195 conflitos, a região Centro Oeste com 133, a região Sul com 130 e a região Norte com 100. A região Norte aparece em segundo lugar em número de pessoas envolvidas, com 146.953, seguida pelo Centro Oeste com 122.297, a região Sul com 109.048 e a região Sudeste com 68.225.

Em 1998 foram assassinados 47 trabalhadores rurais em conflitos no campo. A região Norte apresenta maior número de casos, com 17 (11 no estado do Pará); seguido da região Nordeste, com 11; a região Sul, com nove; Sudeste, com seis e Centro-oeste, com quatro. O número de trabalhadores assassinados cresceu em 56,67% - em 1997 foram 30. Nesse mesmo ano 46 trabalhadores sofreram tentativas de assassinatos, 88 foram ameaçados de morte, 35 torturados, 164 agredidos fisicamente, 466 presos e 207 sofreram lesões corporais.

Todavia, a reforma agrária permanece um assunto importante para milhares de brasileiros. Somente em 1998 ocorreram 125 manifestações relativas a questões de terra, de política agrícola e de seca, envolvendo 90.548 pessoas em 23 estados. Em 1998 ocorreram

¹ Martins, 1994, p.12-13.





1996 no Estado do Ceará- no Nordeste – e que será implantada em São Paulo- na região Sudeste, o que é na realidade a mercantilização da terra. Dessa forma, a questão agrária, saturada, torna possível a transferência de capital dos latifundiários para outros setores da economia, especialmente, valendo-se deste momento de intensa privatização de empresas estatais. Os latifundiários já não relutam em receber os Títulos da Dívida Agrária (TDAs).

A polêmica da questão agrária

Neste final de milênio, a secular questão se delineia em pelo menos duas propostas políticas. Uma está representada pela política do atual governo e pode ser compreendida pelos trabalhos de Francisco Graziano (1996) e de Fernando Henrique Cardoso (1997). O principal fundamento desses trabalhos enfatiza que a reforma agrária é uma política social para atender a população miserável que luta pela terra, procurando dessa forma amenizar os conflitos. Desse ponto de vista, não é uma política de desenvolvimento econômico, mas sim uma política compensatória. Nesta proposta, o 'Estado' é o principal articulador do processo de implantação dos projetos de assentamento e definidor de uma política agrícola para a agricultura camponesa. Não aceita a pressão da ocupação de terras e controla o processo de seleção dos beneficiados, determinando quais os trabalhadores que poderão ter acesso à terra.

Define quais terras serão utilizadas, quais os estados e até quais as regiões prioritárias, onde serão executados os projetos.

O governo vem atuando muito mais na regularização das áreas de posseiros do que na realização de assentamentos. Como articulador da questão, é dependente da bancada ruralista e, por essa razão, a realização de um projeto de reforma agrária é utilizado como propaganda para a implementação da mercantilização da terra. Não aceita a existência de 4,5 milhões de trabalhadores sem-terra e propõe assentar apenas 280 mil famílias. Também não admite, oficialmente, a participação de trabalhadores 'urbanos' em seus projetos. Por esses motivos, esse governo, como os outros, está sempre efetivando projetos de assentamentos já iniciados pelas lutas dos trabalhadores.

Em seus 18 anos de existência, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, das suas diferenciadas experiências, dos erros e certos, avanços e recuos, construiu uma proposta de reforma agrária, que pelo seu dimensionamento abrange diferentes e interativas questões sócio-econômicas e políticas. Para o Movimento, a reforma agrária é mais que uma política de desenvolvimento econômico, é também um processo de transformação política. Neste trabalho, nos limitamos a observar apenas as questões referentes à execução de projetos de assentamentos. O MST é a principal referência do governo no que diz respeito ao embate sobre a reforma agrária. O Movimento, por sua práxis, desenvolve um processo de luta que implica na conquista da terra e dos recursos necessários para a viabilização do projeto de assentamento. Neste contexto, os assentamentos tornam-se continuamente espaços políticos que possibilitam ao MST a articulação de novas ocupações e conquistas. Pela correlação de forças da conjuntura política, os Sem-Terra desenvolvem um projeto de definição das regiões e dos estados, onde as lutas são mais promissoras; selecionam as terras conforme a melhor realidade, reúnem, mobilizam e organizam as famílias para a ocupação e partem para o enfrentamento. Desse modo desafiam o governo e negociam as questões efetivadas.

Nas diferentes regiões, os assentamentos são uma resposta sócio-econômica e política das famílias assentadas. As mudanças qualitativas na vida das famílias é, em primeiro lugar, a resposta da conquista. A melhoria de suas condições de existência e os impactos econômicos e políticos que causam nos municípios já são uma realidade em diversos estados. Neste sentido, os sem-terra vêm contribuindo para o desenvolvimento da economia local.

Dessa forma vão dimensionando a questão agrária e conquistando novas políticas e espaços que, agora, passam a se concretizar. O Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária é uma importante conquista que deve constituir uma política agrícola para a agricultura camponesa.

A questão agrária hoje já não nos coloca mais a pergunta: quem é contra ou a favor da reforma agrária? A imensa maioria da sociedade e suas forças políticas são favoráveis à realização da reforma agrária. A resposta que se apresenta agora é: qual reforma agrária? A reforma agrária dos trabalhadores ou a reforma agrária dos proprietários e empresários? Qual projeto vai ser implementado?

Ainda, outros fatores que impulsionaram esse modelo de modernização foram: o avanço da industrialização e do crescimento urbano; o intenso processo de transformação de sua estrutura produtiva; as quantidades crescentes de créditos agrícola que financiaram a modernização tecnológica para alguns setores da agricultura; o desenvolvimento do comércio agrícola com a expansão do mercado interno; a mundialização da economia; o protecionismo por meio de subsídios fiscais destinados a projetos agropecuários; a liberação de mão-de-obra para a agricultura capitalista com o êxodo rural etc.

Os conjuntos de fatores apresentados servem para a reflexão sobre a realidade insustentável do campo brasileiro. Hoje somos o país com o segundo maior índice de concentração de terras do mundo. Perdemos apenas para o Paraguai. Também consta nos relatórios das Nações Unidas e do Banco Mundial, que o Brasil é o país de maior nível de desigualdade social do mundo. Outro título nada recomendável que possuímos é o de estarmos entre os campeões mundiais de analfabetismo. Evidentemente que a concentração de terras possui relação com outras disparidades da sociedade: a concentração da renda, a concentração do mercado, etc.. Nessa realidade, 30 milhões de brasileiro estão abaixo da linha da pobreza absoluta e a fome é um dos maiores problemas que precisamos enfrentar.

A atualidade da questão agrária brasileira

Em sua existência, o poder dos latifundiários, ancorados pelo Estado, inviabilizou uma solução da questão agrária até hoje. Essa mesma situação que garantiu a sua permanência, agora conduz o problema a outro desdobramento, que se apresenta como rescisão com sua inerência. Os senhores da questão, frente a ação intensiva dos trabalhadores, procuram perspectivas que mantenham os seus interesses, mesmo que possibilitando mudanças na questão. Existem dois fatos que contribuíram para a saturação: a intensificação das ocupações de terra e a queda do preço da terra. Hoje, o latifúndio está agonizando. A conservação de um latifúndio poderá se tornar, cada vez mais, inviável. O risco da ocupação é um 'problema' manifesto e o custo de sua manutenção, com a queda do preço e frente à perspectiva de um imposto progressivo e de outras medidas políticas, é desinteressante. Com efeito, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vem se tornando, provavelmente, o maior comprador de terras para a realização de projetos de assentamentos.

A intensificação das ocupações é resultado da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que em contínua territorialização, organizou-se em 24 estados, em 1997, formando uma rede nacional de luta e resistência. Essa rede é formada por um conjunto de ocupações, de assentamentos, de secretarias e de cooperativas implantadas em vários municípios brasileiros. As ocupações acontecem nos processos de espacialização e territorialização do MST.

O poder e a astúcia dos ruralistas, o papel fundamental do poder Judiciário em defesa dos interesses dos latifundiários e grileiros e a competência limitada do Estado têm causado um resultado perverso para a sociedade, principalmente para os trabalhadores. Com a crise do mercado de terras, o Estado – via Incra – tornou-se o principal comprador de terras. E pior, pagando um preço muito superior ao preço de mercado. Os exemplos são diversos: entre eles está o caso do Pontal do Paranapanema, onde o Governo do Estado de São Paulo e o Incra têm comprado terras devolutas ocupadas pelos sem-terra. Ai acontece o milagre da transubstanciação, em que o grileiro vende – a preço de mercado ou superior – as próprias terras do Estado para o Estado, enquanto os compradores afirmam estar pagando pelas 'benfeitorias'. Em vários estados, as propriedades em desapropriação são supervalorizadas pela perícia e pelo Poder Judiciário, tornado as indenizações impraticáveis. Hoje, o governo federal possui precatório de 4 bilhões de reais para pagar aos latifundiários somente no ano de 1997. Frente a essa realidade, a reforma agrária é deturpada e, lentamente, cresce a perspectiva de uma reforma imobiliária. Assim, alguns latifundiários chegam mesmo a incentivar as ocupações, garantindo até a infra – estrutura como forma de agilizar a desapropriação. Desse modo, a expropriação é perversamente convertida em ato de compra e venda, o que chamamos aqui de mercantilização da expropriação e da desapropriação da terra. Para amenizar essa situação escandalosa, o governo federal decretou algumas medidas para a alteração de procedimentos. Por um lado, procura impedir as vistorias supervalorizadas. Por outro, procura impedir a desapropriação de terras ocupadas e garante a compra pelo preço de mercado. Essas medidas estão criando um espaço político para a implementação da denominada reforma agrária amiga do mercado ou reforma solidária, implantadas desde





produção e implantação dos projetos, com a alocação de recursos orçamentários para os investimentos em infra-estrutura econômica e social demandados pelos projetos de assentamento, evitando, assim, a generalização do conflito social no campo no Brasil;

- que para tanto o governo brasileiro tome medidas no sentido de facilitar, baratear e agilizar os processos de desapropriação, repassando informações, de forma sistemática, sobre o andamento dos respectivos processos; que inclusive assegure que as várias terras lamentavelmente utilizadas para escravidão e narcotráfico sejam confiscadas para fins de reforma agrária;

- que o governo brasileiro crie e apoie uma política e programa de ações integradas para o assentamento - demarcação, parcelamento e regularização - de trabalhadores sem-terra, com infra-estrutura adequada para produção agrícola, agroindústria e incentivo a outras atividades econômicas compatíveis com a defesa do meio-ambiente;

- que o governo brasileiro coopere com as agências multilaterais de financiamento no sentido de canalizar recursos para a reforma agrária e não para políticas de compra e venda de terras, via mercado, que tem favorecido os grandes latifundiários do país (caso do Programa Cédula da Terra, apoiado pelo Banco Mundial).

Com relação à política agrícola:

- que o governo brasileiro reformule a política agrícola, de forma a garantir a intervenção pública na área macro-econômica no sentido de possibilitar e favorecer a sustentabilidade econômica e ecológica da agricultura de base familiar, incluindo uma política de pesquisa e extensão rural de apoio explícito a estes fins, uma política de crédito especial subsidiada para todos os pequenos agricultores e uma política de garantia de compra, por parte do governo, dos produtos alimentícios para o mercado interno."

Movimento pela reforma agrária

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) mantém uma página na internet (www.mst.org.br) onde informa sobre a história do movimento no Brasil e apresenta informações sobre a atualidade da luta pela reforma agrária no país. Transcrevemos, a seguir, parte do informativo elaborado pelo MST:

"A situação no campo brasileiro

As transformações recentes na agricultura brasileira

O Brasil conheceu uma intensa transformação em sua agricultura no período de 1965 a 1985. Nessa década de ditadura, os governos militares implantaram uma política de desenvolvimento agropecuário para a modernização do campo. Esse modelo causou transformações profundas, privilegiando a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Essas transformações geraram, de um lado a modernização tecnológica, financiada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural, de modo que a agricultura passou a depender menos dos recursos naturais e cada vez mais da indústria produtora de insumos, consolidando o processo de industrialização da agricultura e promovendo o crescimento das relações de trabalho assalariado. Por outro lado, o campo brasileiro foi transformado em espaços de conflitos intensivos, pelo crescimento das desigualdades socioeconômicas. Esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a histórica luta pela terra e criou uma crise política que persiste até os dias de hoje.

Alguns dos fatores da crise desse modelo são, por exemplo: a não realização da reforma agrária; a concentração do poder político nas mãos da bancada ruralistas; a política de privilégios à agricultura capitalista e a conseqüente destruição da agricultura camponesa; a rápida e violenta transformação do campo brasileiro com a expulsão e a expropriação de milhões de famílias, que migraram para as cidades por e para diferentes regiões brasileiras; o surgimento de milhões de famílias sem-terra; a extrema violência com que são tratados os conflitos fundiários; a persistência de empresários rurais na utilização do trabalho escravo; a concepção tecnicista e economicista de desenvolvimento da agricultura; o crescimento contínuo da violência no campo e os diferentes problemas ambientais causados pela intensa exploração agrícola, etc..

lançá-los ao mercado para disputar crédito como pretendida estratégia de capacitá-los para a competição econômica e, portanto, para torná-los eficientes; (2) a imposição de custos reais aos financiamentos da pequena produção rural, que levou à extinção do Procerá; e (3) a delegação, ao próprio latifúndio, pela responsabilidade da redistribuição de terra no país através dos Programas Cédula da Terra e Banco da Terra.

Estes últimos programas vem sendo denunciado nas várias audiências públicas realizadas: o Cédula da Terra é um programa de venda e compra de terras, que vem sendo implementado nos Estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará. Antes mesmo da implementação efetiva do Projeto Cédula da Terra e sem qualquer possibilidade de avaliar seu impacto, o Congresso Nacional aprovou em 1998, sob forte pressão da base parlamentar governista, o programa Banco da Terra, que nada mais é do que uma versão ampliada do Cédula da Terra, que visa ser implantado em todos os estados da federação. Ambos os programas contam com o amplo apoio e recursos financeiros do Banco Mundial. Além dos inúmeros problemas surgidos com superendividamento, aquecimento do mercado de terras e falta de mecanismos de participação, os programas Cédula da Terra e Banco da Terra, na prática, anulam duas das principais conquistas sociais inseridas na Constituição Federal e no Estatuto da Terra: a exigência do cumprimento da função social da propriedade e o instituto da desapropriação. Os dados comprovam que estes programas tem o propósito de vir a curto prazo substituir o processo de desapropriação, apesar do governo apresentá-lo como uma ação meramente complementar ao processo de reforma agrária. Considerou-se nas audiências públicas como inaceitável a substituição do mecanismo desapropriatório para a reforma agrária pelo de mercado induzido de terras, pois este procedimento não permite que o Estado garanta a função social da terra e passa para os latifundiários o controle da política fundiária. Neste sentido, o termo 'reforma agrária de mercado' que vem sendo utilizado para o caso destes programas é absurdo, pois o altamente monopolizado mercado de terras brasileiro nunca poderá ser regulado pelo próprio mercado prescindindo da intervenção estatal.

Assim, antes do 'novo mundo rural', os sem-terra, trabalhadores rurais e pequenos proprietários rurais estiveram sempre à margem das ações do Estado em função do caráter perverso do Estado; com o 'novo mundo rural', o 'Estado benevolente' os exclui sob o argumento de que o mercado representa o caminho 'supremo e contemporâneo' para a redenção desses setores.

Como decorrência dessa construção, entre os programas semanalmente lançados para garantir a sua presença na mídia, o Ministro Jungmann anunciou e colocou em prática, em 1999, a 'nova reforma agrária' (reforma agrária de mercado) que, juntamente com o 'novo Pronaf' constituiriam os pilares de um novo (e intangível) projeto de desenvolvimento rural baseado na suposta valorização da agricultura familiar e do fator local.

Por sua vez, segue em pleno curso o processo de desmantelamento do setor público ligado à política fundiária, chamado de 'descentralização' do programa de reforma agrária, entendido não como busca das necessárias parcerias dos Municípios e dos Estados para a execução do programa, mas como tática para a transferência dos custos políticos e financeiros da execução do programa para essas esferas da federação, ao mesmo tempo em que o Incra é totalmente desestruturado, como muito bem denunciado na audiência pública do Estado da Bahia. De quebra, a estratégia de municipalização das decisões da 'reforma agrária', tende a desarticular a organização nacional dos movimentos sociais rurais, já que as demandas pela reforma agrária e pelo próprio crédito à agricultura familiar passam para a esfera local. (...)

Propostas

A partir das evidências de que a reforma agrária é uma medida indispensável, para combater as causas da pobreza rural no Brasil e de que o Governo não está utilizando o máximo de seus recursos disponíveis para sua realização, propõe-se:

Com relação à política agrária:

- que o governo brasileiro promova o assentamento imediato de todas as famílias de trabalhadores rurais sem-terra que estão acampadas no interior do país à espera do acesso à terra, bem como daquelas ocupantes de imóveis improdutivos;
- que o governo brasileiro realize uma reforma agrária ampla, massiva e imediata, assentando anualmente 800 mil trabalhadores rurais sem-terra, viabilizando as condições financeiras e materiais adequadas para a oferta de crédito especial à





No entanto, a reforma agrária no Brasil, até hoje, não foi tratada como uma prioridade. Mesmo no governo atual, que não deixa de se autoproclamar, em todos os momentos, como tendo sido aquele que realizou o maior número de assentamentos, as iniciativas ainda são muito tímidas e, somente realizadas em função da pressão exercida pelos movimentos sociais. Embora o orçamento geral médio do período do governo Fernando Henrique Cardoso tenha aumentado 'significativamente' em relação à média dos orçamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nos governos anteriores – de José Sarney e Fernando Collor/Itamar Franco, este não chegou a atingir os valores necessários a uma execução razoavelmente planejada e consistente de uma reforma agrária digna deste termo, e nem mesmo das já insuficientes metas governamentais anuais de assentamento de cerca de 50 a 100 mil famílias. Considerando-se uma meta ínfima de 50.000 famílias e um custo de 11 mil reais por família para implantar e consolidar o assentamento (5 mil reais para crédito implantação e infra-estrutura e 6 mil reais para Crédito de Produção), haveria um déficit de cerca de 52% de famílias não atendidas, ou precariamente atendidas, no período 1994-1998. Além disso, com o acirramento da política de ajuste fiscal em 1999 o orçamento para reforma agrária sofreu um corte da ordem de mais de 40%. Na audiência pública em Alagoas, denunciou-se uma redução de 71% em relação ao exercício anterior.

O discurso governamental afirma sua oposição ao latifúndio, mas a política agrária do governo federal desapropriou, nos últimos três anos 3,4 milhões de hectares, ou seja, menos de 2% dos hectares necessários para assentar todas as famílias sem-terra, estimadas em pelo menos quatro milhões. Neste ritmo seriam necessários no mínimo 50 anos para assentar todos os trabalhadores rurais sem-terra do país. É necessário salientar que existem hoje, no país, mais de 80 milhões de hectares de terras, em imóveis cadastrados, ociosos, proporcionando condições efetivas de uma reforma agrária ampla, massiva e imediata. Ao mesmo tempo, segundo dados do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), 70.000 famílias estão acampadas à espera de assentamento em condições sub-humanas, o que indica a inexistência de política de reforma agrária. A timidez da política fundiária vigente é consequência da concepção de reforma agrária de setores hegemônicos da sociedade e adotada programaticamente pelo Governo brasileiro. Segundo essa visão, a reforma agrária é concebida na esfera das políticas sociais compensatórias e não como programa de desenvolvimento sócio-econômico, de geração de renda e de emprego. Fica portanto claro que a reforma agrária não tem sido implementada pelo governo brasileiro. Com isso, não está apenas sendo desrespeitada a Constituição Brasileira, mas também os compromissos que o Brasil assumiu com respeito ao direito à alimentação, conforme reconhecido no artigo nº 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. No Pacto, a realização da reforma agrária é considerada uma obrigação do Estado, quando necessária para concretizar o direito à alimentação entre outros direitos econômicos, sociais e culturais da população rural. Esta necessidade é evidente no caso brasileiro, onde milhões de famílias sem-terra vivem em situação de fome e pobreza e milhões de hectares de terra não são utilizados, conforme já exposto acima.

Como se não bastasse, a política agrícola em curso privilegia o setor agropecuário de grande escala e deixa à margem amplas camadas de agricultores familiares. Ela está subordinada a uma política econômica, que gerou uma perda na renda agrícola na safra (95/96) da ordem de 10 bilhões de reais e a perda de 832 mil empregos no campo. Conforme já visto acima, estima-se que nos últimos dois anos mais de 400 mil pequenos produtores saíram do campo rumo às cidades, e, durante o ano de 1997, 1.607.000 postos de trabalho agrícola foram eliminados, enquanto a política agrária não conseguiu assentar as 280 mil famílias conforme a meta do governo. Trata-se de uma espécie de "contra-reforma agrária" em curso. Sem alterações macroeconômicas capazes de reverter o quadro de extrema adversidade para a viabilização econômica da agricultura familiar, um programa exclusivo de crédito como o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) repercute conseqüentemente apenas na publicidade oficial acerca da suposta prioridade social do projeto político do governo.

De acordo com o discurso governamental mais recente estaríamos vivenciando, no Brasil, um 'novo mundo rural'. Toda a construção do governo em torno dessa idéia tem servido como recurso de arregimentação de falsos argumentos que justificariam, moral e eticamente, as políticas efetivas postas em prática, de desassistência do Estado aos setores mais excluídos do campo. Com o 'novo mundo rural', foram revistos os instrumentos para o setor agrário de sorte que passaram a constituir pressupostos da libertação política dos excluídos do campo, entre outras premissas e ações: (1) a emancipação sumária dos assentados de reforma agrária com vistas a

"O que diz o Pacto:

Artigo 11 - 2: Os Estados-partes no presente Pacto, reconhecendo o direito fundamental de toda pessoa de estar protegida contra a fome, adotarão, individualmente e mediante cooperação internacional, as medidas, inclusive programas concretos, que se façam necessários para:

1. Melhorar os métodos de produção, conservação e distribuição de gêneros alimentícios pela plena utilização dos conhecimentos técnicos e científicos, pela difusão de princípios de educação nutricional e pelo aperfeiçoamento ou reforma dos regimes agrários, de maneira que se assegurem a exploração e a utilização mais eficazes dos recursos naturais.

Legislação existente no país referente aos direitos expostos no Pacto

Art. 5º, inciso XXIII, da Constituição Federal, dispõe que 'a propriedade atenderá a sua função social'.

- A Constituição Federal possui todo um Capítulo (art. 184 a 191) para tratar da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.

- A Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 'dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências'.

- A Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 'dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstas no capítulo III, Título VII, da Constituição Federal'. É conhecida como Lei Agrária.

- A Lei complementar nº 76, de 6 de julho de 1993, 'dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária'.

- A Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, 'dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR'. Este imposto é um importante instrumento na implementação da política fundiária, por punir a ociosidade das terras improdutivas, contribuindo para o seu adequado aproveitamento.

Análise das ações governamentais para aplicação do direito

O Brasil apresenta atualmente um dos maiores indicadores de concentração da propriedade da terra no mundo, ostentando um índice de Gini próximo a 0,9 (portanto, próximo à concentração absoluta). O total de estabelecimentos agrícolas existentes no país, de acordo com o Censo Agropecuário de 1996, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 4,8 milhões e a área ocupada é de 353,6 milhões de hectares. Os minifúndios e as propriedades com menos de 100 hectares perfazem 89,1% dos imóveis e 20% da área total. No outro extremo, as grandes propriedades com áreas acima de 1.000 hectares constituem 1% do total dos imóveis e detêm 45% do total das terras cadastradas. A concentração soma-se a improdutividade da terra: mais de 35 mil imóveis considerados como latifúndios estão sem produzir, ou seja, 1% do número de propriedades, os quais ocupam mais de 60% da área total cadastrada (em torno de 166 milhões de hectares). Esta realidade agrária calamitosa se reflete em praticamente todas as unidades da Federação, e foi enfaticamente denunciada em todas as audiências públicas realizadas na preparação deste Relatório.

O desenvolvimento da agricultura no Brasil, na medida em que se assentou na concentração da propriedade da terra, privilegiando o latifúndio, foi extremamente excludente. Ele beneficiou apenas uma minoria - as oligarquias rurais - e o capital industrial, comercial e financeiro que se aliou a elas neste processo, marginalizando e expulsando amplas camadas da população. Nos últimos 25 anos, mais de 30 milhões de camponeses deixaram o campo. Há no Brasil, atualmente, 4,8 milhões de famílias sem-terra. Dos 38 milhões de habitantes da área rural, 73% têm renda anual inferior à linha da pobreza (260 dólares), o que contribui para colocar o Brasil entre os países de pior distribuição de renda do mundo. Um dos resultados dessa desigualdade é a fome: 51% dos milhões de brasileiros famintos estão no campo.

Este número demonstra, entre tantos outros indicadores, que no Brasil a reforma agrária deve ser entendida como uma das mais efetivas medidas em favor da garantia do direito à alimentação, capaz efetivamente de romper com a marginalização de milhões de brasileiros impedidos de cultivar a terra, que passam a ter a oportunidade de produzir alimentos para a própria subsistência ou para o mercado.





Quem cuida da terra?

A falta de políticas públicas para a realização da reforma agrária no Brasil está tencionando a situação no campo, instituindo a violência e o desrespeito aos Direitos Humanos. Ao invés de constituir mecanismos para realização da redistribuição da terra, o governo brasileiro repassa suas obrigações e assume o papel da repressão. Com esta postura, as linhas políticas adotadas para a agricultura passaram a ser então, resumidamente, o estímulo ao grande latifúndio e a grandes grupos multinacionais, seja através do "sucateamento" dos setores públicos que atuam na agricultura, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Conselho Nacional de Abastecimento (Conab), seja através do incentivo à oligopolização do controle do mercado interno agrícola por parte de grandes empresas agro-industriais, em sua maioria multinacionais.

Segundo dados do Professor Guilherme Dias, da Universidade de São Paulo, o atual modelo agrícola consegue viabilizar apenas 10% dos 780 mil estabelecimentos empresariais do campo, e somente 700 mil entre os 4,2 milhões de estabelecimentos rurais de agricultores familiares. Hoje, a questão agrária no Brasil é antes de mais nada, uma luta dos agricultores familiares por sua própria sobrevivência.

A reforma agrária, neste processo, é transformada na lógica do mercado de terras, com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) servindo, na prática, como uma grande "imobiliária" e mero intermediário nas negociações de terras, através do programa "Banco da Terra". Há mais de um ano não são realizadas vistorias de terras no Rio Grande do Sul para áreas de reforma agrária, desde que os grandes fazendeiros da Metade Sul impediram que os funcionários do Incra realizassem seu trabalho, com o uso da violência.

No Rio Grande do Sul, as consequências deste modelo agravam-se diante da concentração de terras e da improdutividade dos latifúndios. Utilizando recursos orçamentários próprios, o Estado vem tentando suprir a deficiência de uma política nacional de reforma agrária. Porém, a reforma agrária não ocorre por desapropriação de terras, uma vez que este instrumento cabe somente ao governo federal. Enquanto isso, 4.100 famílias de trabalhadores sem-terra lutam pelo direito de plantar nos dez acampamentos organizados pelo Movimento do Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) no Estado.

A situação agrária brasileira

Relatório da sociedade civil

A Comissão dos Direitos Humanos (CDH), da Câmara dos Deputados, e a Procuradoria dos Direitos do Cidadão entregaram, no dia 27 de abril de 2000, à Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, um relatório denunciando violações dos direitos econômicos, sociais e culturais no Brasil. Transcrevemos, a seguir, parte do capítulo que trata da situação agrária brasileira, um dos temas abordados no documento. (Esse assunto também foi abordado no capítulo Sistema Internacional de Proteção deste "Relatório Azul")



Relatório Azul 1999 / 2000



"Fértil latifúndio é o território da fome.
Odo alimento, árida gleba."

Rossyr Berny

Direito à terra



Relatório Azul 1999 / 2000

